

necessidade de imprimir celeridade no pagamento de créditos em desfavor da Fazenda Pública, ou mesmo por sentir-se frustrado na prestação jurisdicional.

A execução direta contra a Fazenda Pública, inclusive no âmbito da Justiça do Trabalho, somente poderá ocorrer quando entrar em vigor a Lei nº 10.259/2001, o que acontecerá a partir de 14.01.2002, no que tange aos créditos trabalhistas até 60 (sessenta) salários mínimos.

Não se pode perder de vista quatro aspectos relevantes: (1) ao determinar a formação do requisitório de precatório e dirigir o seu processamento até o pagamento, o juiz encerra a sua atividade jurisdicional e passa a exercer função de índole administrativa (Estado-Administração), o que vincula os seus atos, de maneira absoluta, aos princípios da legalidade e da moralidade administrativa (CF, art. 37) (2) o juiz, com o precatório sendo constituído, significa que já prestou os serviços jurisdicionais, dependendo o adimplemento da obrigação ali imposta de procedimento específico que nada afeta os bons préstimos da Justiça (3) a Lei nº 10.259/2001 somente entrará em vigor em 14.01.2002, o que significa dizer que todas as execuções contra a Fazenda Pública, até aquela data, observarão o que preceitua o 100, *caput*, da Constituição Federal e (4) com a entrada em vigor da Lei nº 10.259/2001, as execuções contra a Fazenda Pública cujo valor não ultrapasse 60 (sessenta) salários mínimos, serão pagas independentemente de precatório.

Outrossim, as hipóteses de precatório vencido e não pago ou crédito não incluído no orçamento da pessoa jurídica de direito público comportam, em tese, pedido de intervenção no ente público devedor, a depender de iniciativa do credor, nos termos do Provimento nº 03, de 07.10.98, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho.

AS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Leônicio Teixeira Câmara (*)

Completados dez anos de vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8069/90, tenho advogado em minhas aulas na Faculdade de Direito da UFPB e em palestras, quando convidado, da necessidade da releitura desta Lei. Quando assim me posiciono, imagino uma releitura no sentido mais amplo do termo, quer pela necessidade de adequação de alguns de seus dispositivos à realidade,

quer pela pouca ou tímida aplicação de outros, não obstante o decurso do seu primeiro decênio.

Dentre os primeiros, acosto-me ao Professor José de Farias Tavares, que há muito tempo vem apontando omissão legal causadora de grande perplexidade e enorme lacuna no sistema jurídico nacional, qual seja a de o ato infracional (crime ou contravenção) de certa gravidade, cometido por adolescente às vésperas da maioridade, 18 anos. Diz, o mestre campinense: *“A tomada de conhecimento de ato infracional depois que o autor completa 18 anos de idade cria, atualmente, um vazio jurídico irreparável. Tratar o autor como criminoso comum, jamais, pois, ao tempo da ação delitual, ele era inimputável. As medidas sócio-educativas já não se lhe pode aplicar porque são exclusivamente destinadas a adolescentes, e a analogia no sentido punitivo é inadmissível no nosso sistema jurídico. Estabelece-se uma situação anômala: um atentado à ordem pública, sem qualquer resposta institucional, por ausência de prescrição legal. Uma grave lacuna no Estatuto da Criança e do Adolescente, que já foi denominada “Buraco Negro do Estatuto”* (José de Farias Tavares, Revista do Ministério Público de São Paulo, nº 1, pg. 35 – tese aprovada no I Congresso Estadual do Ministério Público da Paraíba, Livro de Teses, 1998, pg. 54/57, in Direito da Infância e da Juventude. Del Rey, 2001, pg. 252.)

(*) Leôncio Teixeira Câmara é Juiz da Infância e da Juventude – 1ª Vara - João Pessoa – PB e Professor da disciplina Direito da Criança e do Adolescente, do Curso de Direito da UFPB Condecorado pelo TRT da 13ª Região com a “Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho Eptácio Pessoa” no grau de Oficial, pela sua atuação como Juiz da Infância e da Juventude.

Como se não bastasse esta anomalia, verdadeira omissão legal, lacunas outras são encontradas, tais como: no processo eleitoral de escolha de membros dos Conselhos tanto de Direitos quanto Tutelares. O exemplo é daquele eleitor de um determinado município residindo em outro (art. 133, III) poder concorrer onde reside, onde não tem domicílio eleitoral; outro é o do art. 262, *“enquanto não instalados os Conselhos Tutelares, as atribuições a eles conferidas serão exercidas pela autoridade judiciária”*. Porque não pelos Conselhos de Direitos? Deixar na autoridade do juiz é manter o princípio do revogado Código da “situação irregular”.

Deixo as lacunas, as necessidades de adequação da lei estatutária. Não é o tema que pretendo discorrer.

Falo das infrações administrativas. Tema que me proponho a abordar de forma prática, sem a pretensão de esgotá-lo, mas, tão somente, de suscitar o debate, diante da sua fundamental importância.

É de se perguntar: que são infrações administrativas, especialmente, as descritas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)?

São hipóteses que, não definidas pelas leis penais como crimes ou contravenções, atingem crianças e adolescentes, por culpa ou dolo de terceiros, a ponto de serem afetados moral, psíquica e intelectualmente, na condição de pessoas em desenvolvimento.

O ECA prevê 14 tipos deste ilícito, do art. 245 ao 258, prescrevendo, a partir do art. 194 até o artigo 197, a forma e rito da apuração.

Nossa experiência à frente da Justiça da Infância e da Juventude tem percebido que este capítulo do Estatuto é pouco utilizado pelo Brasil afora. Em João Pessoa, sua aplicação tem trazido grande contributo ao controle dessas ações ilícitas definidas pelos supramencionados artigos e, muito mais ainda, na formação do fundo gerido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

Os anexos I e II que seguem têm servido de instrumentos eficazes para sua apuração.

Instituídos por mim, ainda em 1992, grande tem sido a sua contribuição no controle dessas infrações, para tanto é indispensável um bom quadro de voluntários credenciados: “comissários de proteção à infância e à juventude, (art. 194 do ECA, *in fine*), conselheiros tutelares e atuantes curadores da infância e da juventude”.

Como tais ilícitos fogem das categorias dos crimes e das contravenções, o agente público comum (policial) não atenta para sua existência e, por conseguinte, não os coíbe. Daí, a necessidade de um sistema de justiça da infância e da juventude atuante, presente e dinâmico, para coibir, entre nós, pelo menos as mais comuns, tais como: venda de bebidas alcoólicas, revistas, fitas e vídeos pornográficos, jogos de azar, sinuca, etc.

A Lei 8.069/90 define cada tipo infracional na sequência seguinte:

Art. 245 - omito. - visa atender e proteger o disposto no art. 13 do ECA, que diz: “os casos de suspeita ou confirmação de maus tratos contra criança e adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais”.

Esta disposição é protegida pelo artigo em estudo. Impõe, ao médico, enfermeiro, professor ou responsável por estabelecimento de saúde, escola, pré-escola ou creche, o dever de comunicar os casos de que tenha conhecimento. Diante do enunciado do artigo, o sujeito ativo será sempre o médico, o enfermeiro, o professor ou o

Revista do T.R.T. da 13ª Região - 2001

responsável por estabelecimento de saúde, escola, pré-escola e creche. Trata-se, portanto, de infração daquelas chamadas “ações próprias”, ou seja, exige especialidade do sujeito ativo.

Sujeito passivo será sempre a criança ou adolescente.

O tipo objetivo – expresso na conduta omissiva de “deixar de comunicar”.

Elemento subjetivo – dolo.

Pena: multa de 03 a 20 salários de referência, (SM) aplicando-se o dobro na reincidência.

Forma de apuração – mais comum por meio de representação do Conselho Tutelar e do Ministério Público. Nada impedindo que o magistrado tome as providências legais e as encaminhe ao Ministério Público para a representação. (art. 194 do ECA). Dificilmente o comissário de proteção encontrará chances de lavrar um flagrante.

É importante e oportuno lembrar que o ECA trata a multa em salário referência, todavia, esta figura foi extinta a partir da publicação da Lei 7.789, de 03 de julho de 1989, retornando à denominação *salário mínimo*, art. 5º, restando as multas fixadas pelo ECA serem consideradas em SM, embora resulte em elevação da multa. (neste sentido, decisão do TJSP, AP. 28.289-0/0, rel. Pereira da Silva)

Art. 246 – omite - destina-se, a norma, no sentido de proteger o adolescente infrator quando submetido à medida de internação. Visa assegurar-lhe os seguintes direitos:

I - peticionar diretamente a qualquer autoridade (art. 124, II);

II - avistar-se, reservadamente, com seu defensor (art. 124, III);

III - receber visitas, ao menos, semanalmente (art.124, VII);

IV - correspondência com seus familiares e amigos (art. 124, VIII);

V- receber escolarização e profissionalização (art.124, XI).

Trata-se de infração cujo núcleo está expresso no verbo “impedir”, ou seja, impossibilitar o exercício dos direitos do adolescente internado.

Sujeito ativo – é o dirigente ou funcionário responsável pela entidade de internação. Somente ele.

Sujeito passivo – o adolescente submetido ao regime de cumprimento de medida sócio-educativa de internação.

Tipo subjetivo – é a vontade consciente de impedir. O dolo.

Pena – multa de 03 a 20 SM, aplicando-se o dobro na reincidência.

Forma de apuração – será sempre mais provável mediante representação do Ministério Público, na sua função fiscalizadora ou do Conselho Tutelar. Muito raramente por flagrante de comissário de proteção.

Art. 247 – omito - trata-se de norma de proteção à privacidade da criança e do adolescente, prevista pelo artigo 143 do ECA, que estabelece o sigilo obrigatório dos atos administrativos, policiais e judiciais que digam respeito ao comportamento infracional, salvo se autorizado pelo juiz, quando não ocorrerá a infração. Deve, no entanto, o magistrado, reservar-se e somente autorizar quando demonstrado o interesse e justificada a finalidade (art. 144 do ECA). O artigo é seqüenciado por dois parágrafos. O primeiro coíbe a exibição total ou parcial e o segundo diz respeito à prática da divulgação ou exibição por órgão da imprensa.

Sujeito ativo do *caput* do artigo e do parágrafo primeiro – qualquer pessoa; do parágrafo segundo – órgãos da imprensa de modo geral.

Sujeito passivo – a criança e o adolescente.

Tipo objetivo – infração cometida de duas maneiras: pela divulgação e pela exibição total ou parcial de ato ou documento, de forma a permitir a identificação direta ou indireta.

Elemento subjetivo – o dolo expresso pela vontade livre e consciente do sujeito ativo.

Pena – além da multa de 03 a 20 SM, o dobro na reincidência. Pode, ainda, o juiz impor a apreensão da publicação ou a suspensão da programação da emissora por até dois dias, bem como da publicação do periódico por até dois números (§ 2º, in fine do artigo). Não será demais lembrar que o artigo veda qualquer identificação direta ou indireta, sendo, portanto, defeso divulgar ou exibir fotografia, referência a nome, apelido, filiação, parentesco e residência (parágrafo único do artigo 143 do ECA).

Forma de apuração – comumente mediante representação do Ministério Público, sempre vigilante na divulgação e exibição, do Conselho Tutelar e muito raramente por auto de flagrante do Comissariado de Proteção.

Art. 248 – omito - norma de muita importância e de alta significação na proteção do adolescente trabalhador doméstico e muito importante em razão do regime de guarda conferir ao guardião o direito de opor-se a terceiros e, ao guardado, vários privilégios legais, tais como: assistência à saúde, educação, lazer, salário, etc.

Sujeito ativo – a pessoa ou casal que contrata os serviços domésticos do adolescente procedente de outra comarca. Atenção, outra comarca. Sendo da mesma comarca, entendo que o ilícito não se realiza.

Sujeito passivo - somente o adolescente, para o serviço doméstico.

Tipo objetivo – a conduta omissiva de “deixar de apresentar” no prazo de 05 dias, mediante conduta consciente. Dolo.

Forma de apuração – infração que deve iniciar por representação do Ministério Público, do Conselho Tutelar ou do Comissariado de Proteção. Não tenho conhecimento de um só caso nestes 11 anos de ECA.

Art. 249 – omito – merece, este artigo, uma disceptação, uma análise mais alongada.

Diz o seu enunciado: “descumprir dolosa ou culposamente:

1. os deveres do pátrio poder ou decorrente da tutela e guarda;
2. determinação da autoridade judiciária;
3. determinação do conselho tutelar.

Na Vara da Infância e da Juventude de João Pessoa, a disposição deste artigo tem sido largamente utilizada quando se refere à proteção especial, art. 81 e incisos, em conjunto aplicado com o art. 149, que permite à autoridade judiciária expedir portaria consoante cada caso. Vejamos: o ECA, no seu artigo 81, proíbe a venda, à criança ou ao adolescente, de: armas, munições, explosivos, bebidas alcoólicas, produtos cujos componentes possam causar dependência física, psíquica, ainda que por utilização indevida, fogos de estampido e de artifício, bilhetes lotéricos e equivalentes, além de revistas e publicações com conteúdo impróprio ou inadequado. Igualmente, proíbe, no artigo 82, a hospedagem de criança e adolescente em hotel, motel, pensão e estabelecimento congênere, salvo se em companhia dos pais ou responsável. Muito bem. Todas estas vedações legais estariam sendo *letra morta* e de rara aplicação, merecendo, de todos nós, operadores do direito, cuidados especiais porque representam forte meio de controle em favor do sistema de Justiça da Infância e da Juventude.

Não obstante todas essas proibições, poucos são os juízos que as aplicam. Na Comarca da Capital temos utilizado estes dispositivos legais desde 1992, quando ainda Vara única, sendo que, em 1996, quando criada a 2ª Vara que absorveu esta competência, farta tem sido sua utilização e sua contribuição na formação do FUNDO gerido pelo CMDCA. Não sendo inoportuno lembrar que algumas proibições foram definidas como crimes pelo próprio ECA. Exemplo: vender armas, munições e explosivos, corresponde a crime definido pelo artigo 242 que acrescentou: “fornecer, ainda que gratuitamente, ou entregar...” atribuindo pena de detenção e multa; 2. vender bebida alcoólica (art. 81, II) corresponde ao crime prescrito no art. 243 do ECA e LCP, art. 63, I, acrescido de “fornecer, ainda que gratuitamente, ministrar ou entregar de qualquer forma, sem justa causa...”. No mesmo crime incide quem viola o inciso III do mesmo artigo, ou seja: “produtos que possam causar dependência...” Pena de detenção e multa; 3. proibição do inciso IV é definida como crime do art. 244, acrescido de : “fornecer, ainda que gratuitamente, ou entregar de qualquer forma...” Pena de detenção e multa.

Retornando ao art. 249, em estudo. Como tais proibições são facilmente esquecidas ou pouco consideradas, pode, o juiz, utilizar o poder de expedir portarias, art. 149, recomendar o cumprimento dessas proibições legais. No caso nosso, até transcrevermos o texto legal. Quem encontrado descumprindo (são inúmeras as vezes, notadamente, pelo Comissariado de Proteção), vendendo bebidas alcoólicas, fogos de artifícios, revistas ou filmes e fitas pornô, etc., será enquadrado no referido artigo. Se alguém discordar, por advogado, determina-se a distribuição que, ao invés de infração administrativa pelo “descumprimento”, passa a crime, com conseqüências muito mais graves ao infrator.

Sabemos das críticas, todavia, respondo com a seguinte pergunta de natureza prática: quando um policial civil ou militar, nas suas funções, autuará, em flagrante, ou abrirá inquérito para apurar “venda de bebidas, de fogos de artifício, de revistas pornô? Ouso responder: “nunca”. Todavia, o comissário de proteção à infância e à juventude, este sim, tem demonstrado grande eficácia no combate destas infrações.

Sujeito ativo – os pais, os tutores e os guardiões no múnus do pátrio poder. Qualquer pessoa quando se referir a parte final do artigo.

Sujeito passivo - a criança e o adolescente.

Tipo objetivo – a conduta omissiva de “descumprir”, “não fazer”.

Elemento subjetivo – a culpa e o dolo.

Pena – multa de três a vinte SM, dobrando-se na reincidência.

Forma de apuração – auto de flagrante dos Comissários de Proteção, com grande incidência, ou representação do Conselho Tutelar e do Ministério Público.

Art. 250 – omito - trata da hospedaria de criança ou adolescente desacompanhado dos pais ou responsável. Se analisado em conjunto com o artigo 83, é outro contra-senso. O adolescente é livre para viajar dentro do país. O art. 83 veda apenas a criança. Todavia, quem conceder hospedagem ao adolescente ficará sujeito às penas previstas neste artigo.

Sujeito ativo – o proprietário ou administrador do hotel, motel, pensão ou congênere.

Sujeito passivo – criança ou adolescente.

Tipo objetivo – representado pelo verbo “hospedar”, ou seja, aceitar como hóspede.

Elemento subjetivo – o dolo representado pela conduta de admitir livre e consciente, embora se admita a forma culposa representada pela negligência na identificação.

Forma de apuração – muito comum pelo auto de flagrante lavrado pelo comissário de proteção, por representação do Conselho Tutelar e do Ministério Público, muito raramente.

Pena – multa de dez a cinquenta SM, com **fechamento do estabelecimento**, até 15 dias, na reincidência.

Art. 251.- omito - transportar criança ou adolescente. Deve ser estudado e aplicado em conjunto com os artigos 83, 84 e 85 do ECA. Aliás, consta no seu enunciado. Lembro que somente as crianças são proibidas de viajar desacompanhadas, salvo quando se tratar de comarca contígua. Os adolescentes, contrariamente, têm completa liberdade no território nacional. Somente para o exterior é exigida a autorização judicial, mesmo assim se em companhia de estrangeiro, porque na companhia dos pais é dispensável.

Sujeito ativo – qualquer pessoa.

Sujeito passivo – a criança ou adolescente.

Tipo objetivo – “transportar”, conduzir.

Elemento subjetivo – dolo

Pena – multa de três a vinte SM, aplicando-se o dobro na reincidência.

Forma de apuração – mais comum pelo flagrante do Comissariado de Proteção, raramente, por representação do Conselho Tutelar ou do Ministério Público.

Artigos. 252, 253, 254, 255, 256 e 257 – constitui grupo de artigos de proteção à criança e ao adolescente, garantidores da eficácia ao capítulo *da Prevenção Especial*. São situações comumente encontradas na maioria das comunidades, tanto nas de maior, quanto nas de menor população.

Art. 252 – omite - disciplina a natureza da diversão ou espetáculo público e a faixa etária a qual se destina. Sua inobservância viola o parágrafo único do art. 74, o art. 75 e seu parágrafo do capítulo da prevenção especial.

Sujeito ativo – o empresário ou seu preposto responsável pelo espetáculo.

Sujeito passivo – a criança ou adolescente.

Tipo objetivo – “deixar de fixar”, conduta omissiva.

Elemento subjetivo – dolo – expresso na vontade de fixar as informações sobre o espetáculo e a faixa etária a qual se destina.

Pena – multa de três a vinte SM e o dobro na reincidência.

Forma de apuração – mais comum por auto de flagrante de Comissariado de Proteção, nada impede representação do Conselho Tutelar ou do Ministério Público.

Art. 253 – omite - confere eficácia ao parágrafo único do art. 76 do capítulo da prevenção especial.

Sujeito ativo – o diretor ou responsável que anuncia peças teatrais, filmes ou espetáculos, sem indicar o limite de idade.

Sujeito passivo – criança ou adolescente que tiver acesso ao espetáculo inadequado.

Tipo objetivo – representado pelo “anunciar”, ou seja, “fazer conhecer por anúncio”, “dar a conhecer”, “promover divulgação”.

Elemento subjetivo – dolo – representado na vontade livre e consciente de apresentar espetáculo sem cuidar dos limites etários que se recomenda.

Pena – multa de três a vinte SM, dobrada na reincidência, podendo ser aplicada separadamente à casa do espetáculo e ao órgão da divulgação.

Forma de apuração – muito comum por representação do Conselho Tutelar e do Ministério público, raramente, auto de flagrante do Comissariado de Proteção.

Art. 254 – omite - norma estatutária que confere eficácia ao art. 76 do capítulo da prevenção especial. É interesse do Estado que os programas e os espetáculos não

influenciem negativamente na formação psíquica, moral e intelectual de criança e adolescente, ao contrário, tenham finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas.

É oportuno ressaltar ser esta infração uma das poucas que autoriza a autoridade judiciária suspender a programação da emissora por até dois dias.

Sujeito ativo – o diretor ou responsável pelo rádio ou televisão.

Sujeito passivo – criança ou adolescente que assistem programação a eles não recomendados.

Tipo objetivo – “transmitir”, ou seja, “comunicar”, pelo rádio ou televisão, espetáculo sem aviso de classificação.

Elemento subjetivo – dolo

Pena – uma das mais graves – multa de vinte a cem SM, dobrada na reincidência, podendo, a emissora, ter a programação suspensa ou fechada por até dois dias.

Esta infração se realiza em dois momentos distintos. O primeiro, quando é veiculado em horário diverso do autorizado e, o segundo, quando veiculado sem aviso de sua classificação.

Forma de apuração – mais comum mediante representação do Ministério Público, raramente, representação do Conselho Tutelar e, mais raramente ainda,, por flagrante do Comissariado.

Art. 255 – omite - tem a mesma finalidade do artigo anterior, destinado-se, no entanto, às casas de espetáculos, tais como: cinemas, circos, filmotecas, teatros ou congêneres, cuja programação seja de “exibir” filmes ou assemelhados inadequados à criança e ao adolescente. Igualmente pretende proteger criança ou adolescente no que se refere a sua formação moral, psíquica e intelectual.

Sujeito ativo – o diretor, dirigente ou responsável pela exibição de filme, *trailer* etc.

Sujeito passivo – crianças e adolescentes.

Tipo objetivo – conduta típica é “exibir”, ou seja, “mostrar”, “expor” espetáculos impróprios para aquela faixa etária.

Elemento subjetivo – dolo.

Pena – igual à anterior. Muito grave porque multa de 20 a cem SM. Não há aumento na reincidência, podendo, a autoridade judiciária, suspender o espetáculo ou fechar o estabelecimento por até 15 dias.

Forma de apuração – mais comum auto de flagrante do comissário. Nada impede representação do Conselho Tutelar ou Ministério Público.

Art. 256 – omite - confere eficácia ao artigo 77 e seu parágrafo único do capítulo de prevenção especial. Trata-se de infração muito comum. São as fitas de vídeo

pornô. Tem a destinação de proteger crianças e adolescentes contra os abusos da violência, do sexo e de outras formas prejudiciais à formação mental do jovem.

Sujeito ativo – comerciante que “vender” ou “alugar” a fita.

Sujeito passivo – criança e adolescente.

Tipo objetivo – representado pelas ações de vender ou locar.

Elemento subjetivo – dolo.

Pena – abrandou, o legislador, no que se refere à multa que será de três a vinte SM. No entanto, na reincidência, autoriza fechar o estabelecimento por até 15 dias, sanção grave.

Art. 257 – omito - está expresso. Descumprir as normas de proteção especial contidas no artigo 78, seu parágrafo único, e 79. Portanto, deve ser aplicado tomando por base a infringência desses artigos. Disciplina a comercialização de revistas e publicações cujos conteúdos sejam impróprios ao sujeito passivo, impondo a embalagem lacrada com a advertência do seu conteúdo e, ainda, protegendo o público infanto-juvenil de ilustrações, fotografias, legendas, crônicas ou anúncios de bebidas alcoólicas, tabaco, armas e munições em respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.

Sujeito ativo – tanto o comerciante quanto o editor.

Sujeito passivo – criança e adolescente vítimas da exploração.

Tipo objetivo – é a conduta caracterizada pelo “descumprir” os preceitos legais dos artigos 78 e 79, ou seja, “comercializar” revistas, publicações “impróprias”, “obscenas”, sem embalagem lacrada ou proteção opaca.

Elemento subjetivo – o dolo.

Pena – multa de três a vinte SM, dobrando na reincidência, sem prejuízo de apreensão da revista ou publicação.

Forma de apuração – muito comum o auto de flagrante por Comissário. Recomenda-se a apreensão da revista ou publicação como prova material, embora, após o julgamento possa ser devolvida. Nada obsta que seja por representação do Conselho Tutelar ou Ministério Público, embora mais raramente.

Art. 258 – disciplina o acesso, ou seja, a entrada e a permanência da criança ou adolescente em locais de diversão, bem assim sua participação no espetáculo. Mas não somente isto, protege a norma contida no art. 80 da prevenção especial dizendo respeito à sinuca, bilhar, casas de jogos, apostas e congêneres, todas atividades muito comuns mesmos nas pequenas cidades.

Sujeito ativo – o empresário responsável pela casa ou evento que deixar ou permitir a entrada ou permanência do sujeito passivo.

Sujeito passivo – a criança e o adolescente.

Tipo objetivo – “deixar” de... observar” as obrigações constantes dos artigos 75 e 80 que tratam do acesso às diversões e espetáculos mediante faixa etária adequada.

Elemento subjetivo – a vontade livre e consciente do agente em não observar as determinações legais. Dolo.

Pena – multa de três a vinte SM. Não majora na reincidência, porém, autoriza o fechamento do estabelecimento por até 15 dias.

Forma de apuração – muito comum mediante auto de flagrante do Comissariado. Raramente representação do Conselho Tutelar ou do Ministério Público.

CONCLUSÃO

As infrações administrativas descritas pelo ECA – Lei 8069/90, mesmo após 10 anos da sua vigência, tem tido tímida ou quase nenhuma aplicação pelos operadores do sistema de Justiça da Infância e da Juventude. Os anexos I e II que integram este trabalho vêm servindo de instrumentos eficazes na aplicação das disposições legais que tratam do assunto. Claro que este modestíssimo estudo não esgota o assunto. Pretendo que promova, como chamei no início, uma releitura da lei. Sua aplicação é forma eficaz de controle de situações sempre intrigantes, vexatórias, de difíceis equacionamentos, pela justiça. Espero que seja útil a todos que estejam preocupados com uma juventude mais qualificada, e um futuro melhor para nossos jovens. Penso, no entanto, em fazê-lo útil aos colegas Magistrados - se servir a um somente, recompensa-me, que testemunho tantas vezes às voltas, pelas Comarcas interioranas buscando um caminho, para as mais variadas situações, para os quais respondo: “veja a Lei”.

Somos juizes submissos ao devido processo legal. A jogatina, a sinuca, a aposta, a pornografia, o fechar estabelecimento são situações contempladas na lei. Não exercitamos o arbítrio, nem a censura prévia. Tudo no “due process of law”.

Neste particular, são importantes o Comissariado de Proteção à Infância e à Juventude ou o servidor voluntário credenciado (art. 194 do ECA), os Conselhos Tutelares e o Ministério Público – aliás, único atuante e presente em todas as comarcas.

Penso ser alternativa importante o papel das escolas superiores, tanto da Magistratura quando do Ministério Público no estudo desta lei e na formação dos futuros colegas juizes e promotores, adequando seus currículos à prática processual.

Ao concluir, minha confiança em um ordenamento por comarca e por município, da atuação dos comissários voluntários (art. 194 do ECA), esforço que o Poder Judiciário pode exercer, também, no sentido da constituição dos Conselhos Tutelares. Essas providências, se bem implantadas, estimulam a participação da comunidade e, muito melhor, libertariam os juizes para a verdadeira

missão de distribuir a justiça. O Juizado de João Pessoa, ao longo desses anos, pela infração administrativa, tem transferido, via CMDCA, consideráveis recursos ao sistema de justiça da infância e da juventude que, por sua vez, os repassa às entidades de apoio (OG e ONGs).

BIBLIOGRAFIA

AMARAL e SILVA, Antônio Fernando. Estatuto, o novo direito da criança e do adolescente e a justiça da Infância e da Juventude. Florianópolis, maio, 1996

BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988 – Brasília, Câmara dos Deputados, Coordenação de publicações, 1999.

BRASIL. Leis, decreto, etc. Estatuto da criança e do adolescente. Brasília. Presidência da República, 1991.

DONIZETI, Wilson Liberati. Comentários ao estatuto da criança e do adolescente São Paulo, Malheiros, 1993.

ISHIDA, Válter Kenji. Estatuto da criança e do adolescente: doutrina e jurisprudência. São Paulo, Atlas, 1998.

TAVARES, José de Farias. Direito da infância e da juventude. Belo Horizonte, Del Rey, 2001.

Anexo - I

Vara da Infância e da Juventude Da Comarca de

INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA

AUTO DE FLAGRANTE - N.º _____ / _____

AUTUE-SE, EM _____ / _____ / _____

.....
JUIZ DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

AOS _____ DIAS DO MÊS DE _____ DE 2001, ÀS _____ HORAS
NA RUA. (AV): _____ N.º _____
BAIRRO _____, NESTA COMARCA, ONDE SE ENCONTRA INSTALADO
DE PROPRIEDADE DO (DA) _____
RESIDENTE NA RUA _____
N.º _____ BAIRRO _____,
QUANDO NO EXERCÍCIO DE MINHAS FUNÇÕES DE COMISSÁRIO DA
INFÂNCIA E DA JUVENTUDE, E NA PRESENÇA DO RESPONSÁVEL PELO ESTABELECIMENTO, SR.
(A) _____ RESIDENTE NA RUA(AV.) _____
N.º _____
BAIRRO, _____, CONSTATEI A INFRAÇÃO SEGUINTE:

(DESCREVE A INFRAÇÃO)

CERTIFICO QUE INTIMEI O (S) AUTUADO(S) PARA APRESENTAR (EM) DEFESA, EM JUÍZO, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, A CONTAR DESTA DATA, DANDO-LHE(S) CÓPIA DESTE AUTO, E PARA CONSTAR, LAVREI O PRESENTE AUTO DE FLAGRANTE, QUE ASSINO COM O(S) AUTUADO(S) E AS TESTEMUNHAS ABAIXO, _____, _____ / _____ / 2001.

_____ COMISSÁRIO	_____ AUTUADO OU INFRATOR
_____ 1ª TESTEMUNHA	_____ 2ª TESTEMUNHA
CIC _____	CIC _____
ENDEREÇO _____ N.º _____	ENDEREÇO _____ N.º _____
BAIRRO _____ CIDADE _____	BAIRRO _____ CIDADE _____

OBS:
1º - O AUTO DE FLAGRANTE DEVE SER LAVRADO EM 03(TRÊS) VIAS, FICANDO UMA COM O AUTUADO E AS DEMAIS ENCAMINHADAS À VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DA COMARCA.
2º - E AINDA OUTRAS INFORMAÇÕES, FAZER ANOTAÇÕES NO VERSO.
No verso consta o seguinte:
OBS:

CERTIDÃO

.....
Certifico que entreguei a 1ª Via deste **AUTO DE FLAGRANTE DE INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA** ao responsável pelo estabelecimento, Sr. _____
Ident. n.º _____ órgão expedidor: _____ CIC _____ ficando, o mesmo, ciente do prazo para apresentar defesa.
O referido é verdade. Dou fé. _____, _____ / _____ / 2001.

COMISSÁRIO CART. N.º _____

Coordenador e/ou Sub - Coordenador do Comissariado

Anexo – II

Comarca de
Município de
Conselho Tutelar – Região “A” ()
“B” ()

AUTO DE REPRESENTAÇÃO N.º ____/____/____ AUTUE-SE, EM ____/____/____

JUIZ DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

AOS ____ DIAS DO MÊS DE ____ DE 2001, ÀS ____ HORAS
NA RUA (AV): _____
N.º ____ BAIRRO _____, NESTA COMARCA, ONDE SE ENCONTRA
INSTALADO _____ DE PROPRIEDADE DO Sr.
(A) _____ RESIDENTE NA
RUA _____ N.º ____ BAIRRO _____
QUANDO NO EXERCÍCIO DE MINHAS FUNÇÕES DE
CONSELHEIRO TUTELAR, E NA PRESENÇA DO RESPONSÁVEL PELO ESTABELECIMENTO SR.
(A) _____ N.º ____ RESIDENTE NA RUA(AV.) _____

BAIRRO, _____ CONSTATEI A INFRAÇÃO SEGUINTE:
(DESCREVE A INFRAÇÃO)

CERTIFICO QUE INTIMEI O (S) AUTUADO(S) PARA APRESENTAR (EM) DEFESA, EM JUÍZO, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, A CONTAR DESTA DATA, DANDO-LHE(S) CÓPIA DESTES AUTOS, E PARA CONSTAR, LAVREI O PRESENTE AUTO DE REPRESENTAÇÃO, QUE ASSINO COM O (S) AUTUADO (S) E AS TESTEMUNHAS ABAIXO, ____/____/2001.

CONSELHEIRO TUTELAR

AUTUADO OU INFRATOR

1ª TESTEMUNHA

2ª TESTEMUNHA

CIC _____
ENDEREÇO _____

CIC _____
ENDEREÇO _____

N.º ____
BAIRRO _____ CIDA _____
DE _____

N.º ____
BAIRRO _____ CIDA _____
DE _____

OBS:

1º - O AUTO DE REPRESENTAÇÃO DEVE SER LAVRADO EM 03(TRÊS) VIAS, FICANDO UMA COM O AUTUADO E AS DEMAIS ENCAMINHADAS À VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DA COMARCA.
2º - E AINDA OUTRAS INFORMAÇÕES, FAZER ANOTAÇÕES NO VERSO.

No verso deve constar o seguinte:

Obs.:

CERTIDÃO

Certifico que entreguei a 1ª Via deste AUTO DE REPRESENTAÇÃO ao responsável pelo estabelecimento, Sr. _____

IDENT. _____ SSP. _____

CIC _____ ficando, o mesmo, ciente do prazo para apresentar defesa.

O referido é verdade. Dou fé ____/____/2001.

CONSELHEIRO TUTELAR